

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
1.1	Origens e fundamentos	1
1.2	Escopo dos ilícitos concorrenciais	4
1.3	Desenho institucional do CADE no Brasil	5
1.4	Panorama do Direito da Concorrência no mundo	7
2	CONTROLE DE ESTRUTURAS: A PREVENÇÃO DE INFRAÇÕES À ORDEM ECONÔMICA	9
2.1	Sistema de controle prévio dos atos de concentração	9
2.1.1	Critério de notificação obrigatória	10
2.1.2	Definição de ato de concentração	12
2.1.3	Particularidade dos contratos associativos	13
2.1.4	Ilustração: contrato de RAN Sharing da Oi/Tim (2018)	15
2.2	Análise dos atos de concentração	29
2.2.1	Procedimento de análise dos atos de concentração	33
2.2.2	Métodos de análise concorrencial	35
2.2.3	Argumentos de defesa: eficiências e <i>failing firm</i>	39
2.2.4	Remédios em atos de concentração	42
2.2.5	Ilustração: AC Ball/Rexam (2015)	44
2.3	Infrações por <i>gun jumping</i>	50
2.3.1	Definição e sanções	50
2.3.2	Quadro de precedentes	51
2.3.3	Ilustração: APAC Technicolor/Cisco (2016)	54
2.4	Cooperação internacional	57
2.4.1	Escopo e mecanismos	58
2.4.2	Balanço da Lei 12.529/2011	59
2.4.3	Ilustração: AC Bayer/Monsanto (2018)	60

3	CONTROLE DE CONDUTAS: A REPRESSÃO DE INFRAÇÕES À ORDEM ECONÔMICA.....	63
3.1	Teoria das condutas anticompetitivas.....	63
3.1.1	Infrações por objeto vs. por efeitos.....	64
3.1.2	Tipos de condutas anticompetitivas.....	67
3.1.3	Etapas processuais.....	69
3.1.4	Prazos prescricionais.....	70
3.1.5	Ilustração: PA Cartel de sal (2018).....	72
3.2	Condutas colusivas.....	74
3.2.1	Programa de leniência.....	75
3.2.2	Métodos alternativos de abertura de investigação.....	77
3.2.3	Conjunto probatório.....	78
3.2.4	Reparação de danos.....	80
3.2.5	Ilustração: PA Cartel internacional de CPT (2018).....	81
3.3	Condutas unilaterais.....	91
3.3.1	Aferição de posição dominante.....	94
3.3.2	Abuso de posição dominante.....	95
3.3.3	Efeitos negativos sobre o mercado.....	96
3.3.4	Ilustração: PA Sorvetes Kibon (2018).....	96
3.4	Sanções e acordos.....	99
3.4.1	Possíveis sanções.....	100
3.4.2	Acordos em casos de cartel.....	104
3.4.3	Acordos em casos de conduta unilateral.....	106
3.4.4	Ilustração: TCC Booking.com (2018).....	106
4	ADVOCACIA DE CONCORRÊNCIA.....	109
4.1	Instituto da consulta.....	111
4.2	Guias e estudos de mercado.....	112
4.3	Revista de Defesa da Concorrência.....	113
4.4	Ilustração: consulta sobre contratos associativos no setor marítimo (2017).....	114
5	CONCORRÊNCIA DESLEAL.....	117
5.1	Noções preliminares.....	117
5.2	Previsão em tratados internacionais.....	118
5.3	Previsão normativa no Brasil.....	120

5.3.1	Concorrência desleal específica	122
5.3.2	Concorrência desleal genérica	124
5.4	Ilustração: prática de <i>trade dress</i> em Camarões vs. Coco Bambu (2017)	128
6	TÓPICOS ESPECIAIS DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA.....	133
6.1	Concorrência e regulação: os limites da imunidade antitruste ...	133
6.1.1	Considerações gerais	134
6.1.2	Doutrinas da <i>State Action</i> e da <i>Pervasive Power</i>	136
6.1.3	Pressupostos para isenção antitruste	138
6.2	Concorrência e propriedade intelectual: a busca de equilíbrio nos incentivos à inovação	140
6.2.1	Complementariedade entre políticas de PI e de defesa da concorrência	142
6.2.2	Competência do CADE e do INPI	144
6.3	Concorrência e comércio internacional: a abertura do mercado de contratações públicas	147
6.3.1	Controle repressivo: combate a cartéis em licitação como prioridade	149
6.3.2	Controle preventivo: advocacia da concorrência	152
6.3.3	Considerações finais.....	154
6.4	Concorrência e associações: a fronteira entre o direito de associação e o ilícito concorrencial.....	154
6.4.1	Experiência internacional.....	156
6.4.2	Experiência brasileira.....	158
6.4.3	Sinalização: o que pode ser considerado ilícito?.....	161
6.4.4	Perspectivas futuras	164
6.5	Concorrência e <i>compliance</i> : a nova realidade da vida empresarial.....	165
6.5.1	<i>Compliance</i> e controle de estruturas.....	167
6.5.1.1	A obrigatoriedade de notificação prévia de atos de concentração	168
6.5.1.2	A política de remédios antitruste	170
6.5.2	<i>Compliance</i> e controle de condutas	172
6.5.2.1	Combate a cartéis	172
6.5.2.2	A repressão de acordos verticais e de condutas unilaterais	174
6.5.3	Considerações finais.....	176

6.6	Concorrência e padrão de prova: o combate a cartéis na esfera administrativa	176
6.6.1	Prova e meio de prova	177
6.6.2	Provas diretas e indiretas	179
6.6.3	Sistemas de valoração de prova.....	180
6.6.4	Condenação com base exclusivamente em provas indiretas.....	183
6.6.5	Condenação com base exclusivamente em delação premiada.....	187
6.6.6	Padrão de prova necessário para condenação.....	190
6.6.7	Conclusão	192
6.7	A crise do Covid-19 e a defesa da concorrência.....	193
6.7.1	Papel do Estado na economia	193
6.7.2	Perspectivas para o Direito da Concorrência.....	195
6.7.2.1	Prática de <i>price gouging</i>	195
6.7.2.2	Colaboração entre concorrentes	198
6.7.2.3	Aquisições de concorrentes em dificuldade financeira.....	198
6.7.2.4	Advocacia da concorrência nas contratações públicas emergenciais	200
6.7.3	Interface no campo consumerista.....	200
6.7.4	Considerações finais.....	202
7	CONCLUSÃO	205
8	REFERÊNCIAS.....	207
8.1	Referências legislativas	207
8.2	Referências jurisprudenciais	208
8.2.1	Atos de concentração aprovados com restrições ou reprovados no CADE (2012-2019)	208
8.2.2	Processos administrativos com condenação por cartel no CADE (1999-2019).....	210
8.2.3	Processos administrativos com arquivamento ou condenação por conduta unilateral no CADE (2009-2019).....	214
	BIBLIOGRAFIA	217
	ÍNDICE REMISSIVO	219